

## **PARECER JURÍDICO**

**PARA:** Pregoeira da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, MG

**ASSUNTO:** Análise de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026

**INTERESSADA:** TDX Comércio e Serviços Ltda.

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa TDX Comércio e Serviços Ltda. contra os termos do edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de Raio-X do Hospital Municipal.

A impugnante insurge-se contra o item 7.5.5 do Edital, que exige a apresentação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares. Alega, em síntese, que tal exigência é ilegal, pois a própria ANVISA dispensa tal documento para atividades exclusivas de manutenção, e que a manutenção da cláusula restringe indevidamente a competitividade do certame.

### **2. ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE**

A impugnação foi protocolada em 04 de fevereiro de 2026, sendo que a abertura da sessão pública está prevista para 23 de fevereiro de 2026. Considerando que o edital e a Lei nº 14.133/2021 estabelecem o prazo de até 3 dias úteis antes da abertura para impugnações, a peça é plenamente tempestiva e deve ser conhecida.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

#### **3.1. Da Dispensa Legal de AFE para Serviços de Manutenção**

O cerne da questão reside na aplicabilidade da Resolução ANVISA – RDC nº 16/2014. O artigo 5º, inciso V, desta norma é taxativo ao dispor que não é

exigida AFE de empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde.

A legislação federal (Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/13) reserva a obrigatoriedade da AFE para atividades de extração, fabricação, armazenamento, distribuição e importação de produtos de saúde, não alcançando a prestação de serviços de assistência técnica realizada em equipamentos que já são de propriedade e posse da contratante.

### 3.2. Da Violação aos Princípios da Legalidade e Competitividade

A Administração Pública deve pautar-se pelo Princípio da Legalidade, sendo-lhe vedado criar restrições que não possuam amparo legal específico. Ao exigir documento dispensado pela agência reguladora competente (ANVISA), o edital acaba por estabelecer uma barreira desproporcional à participação de licitantes.

A Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 9º e 11, veda a inclusão de situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório. Exigências irrelevantes para o objeto específico ou que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação (conforme Art. 37, XXI, da CF) devem ser extirpadas para garantir a seleção da proposta mais vantajosa.

### 3.3. Jurisprudência Aplicável

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já consolidou o entendimento de que cláusulas editalícias que restringem a competitividade sem base legal são ofensivas ao direito público (REsp 1155781/ES). No caso específico de equipamentos de Raio-X, embora a licença seja necessária para o fornecimento do bem (venda), a Administração deve agir com rigor na legalidade para não confundir atividades de comércio com atividades de manutenção exclusiva (REsp 769878/MG).

## 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, este setor jurídico manifesta-se pelo ACOLHIMENTO INTEGRAL da impugnação apresentada pela empresa TDX Comércio e Serviços Ltda., recomendando:

1. A exclusão da exigência de AFE (item 7.5.5) para fins de qualificação técnica no que tange aos serviços de manutenção.
2. A consequente revisão e republicação do edital, com a designação de nova data para a realização do certame, conforme determina o item 10.5 do instrumento convocatório e a Lei de Licitações.

É o parecer.

Bom Jardim de Minas/MG, em 10 de fevereiro de 2026.

Wladimir de Oliveira Andrade

OAB/MG